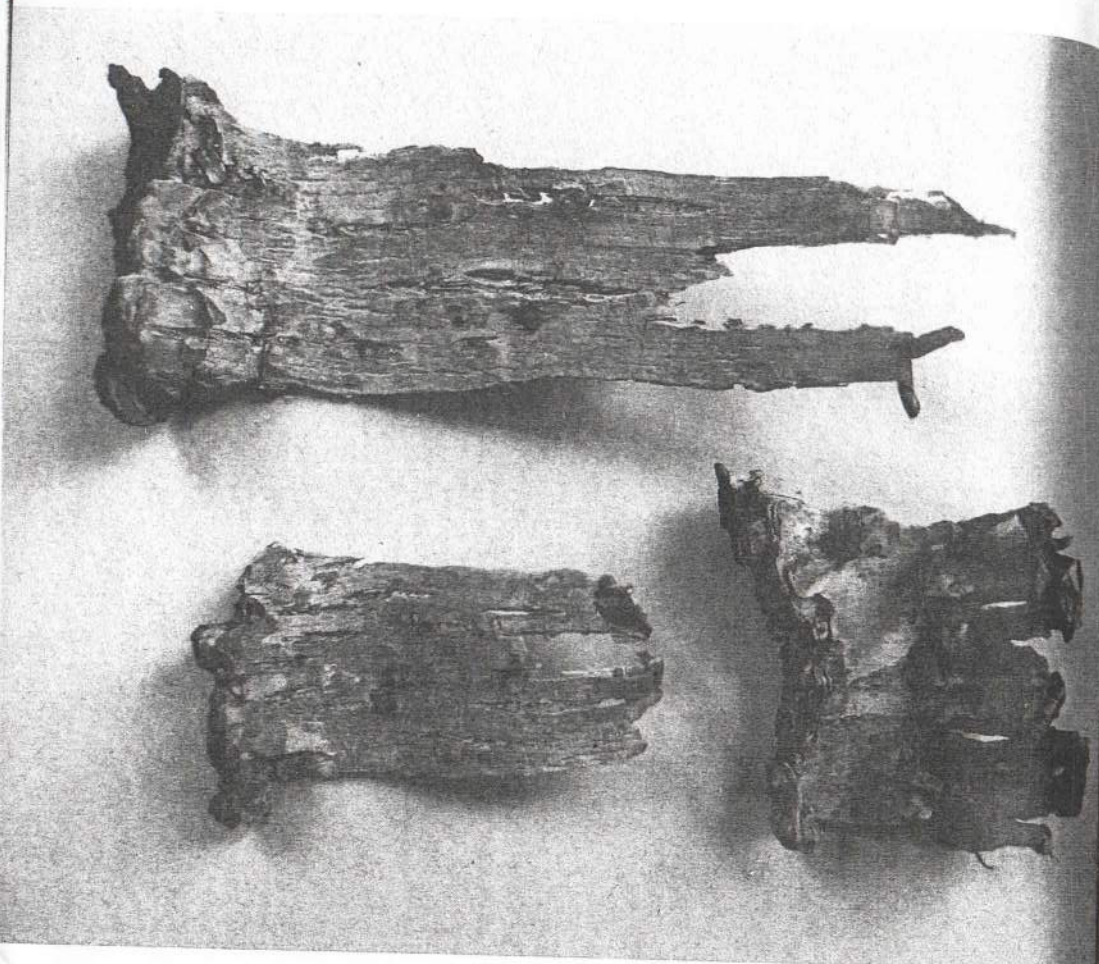


MEMÓRIA Sob as árvores de Auschwitz-Birkenau, o olhar arqueológico torna evidente o horror pulsante que o museu institucionaliza como História

Cascas

GEORGES DIDI-HUBERMAN



Fotos de Georges Didi-Huberman

Viagem em que todos os corpos procuram se despovoam. Suficientemente vasta para permitir procurar em vão. Suficientemente exígua para que toda fuga seja vã. Todos então se imobilizam. A viagem talvez termine. Ao fim de alguns segundos, tudo recomeça. Consequência dessa luz para o olho que procura. Consequência para o olho que, deixando de procurar, fita o solo ou se ergue para o longínquo teto onde não pode haver ninguém.

SAMUEL BECKETT, *O despovoador*

Coloquei três pedacinhos de casca de árvore sobre uma folha de papel. Olhei. Olhei, julgando que olhar talvez me ajudasse a ler algo jamais escrito. Olhei as três lascas como as três letras de uma escrita prévia a qualquer alfabeto. Ou, talvez, como o início de uma carta a ser escrita, mas para quem? Percebo que as dispus sobre o papel branco involuntariamente na mesma direção que segue minha língua escrita: toda "carta" começa à esquerda, ali onde enfiei minhas unhas no tronco da árvore para arrancar a casca. Em seguida, desdobra-se para a direita, como uma corrente funesta, um caminho acidentado: desdobramento estriado, tecido da casca precocemente rasgado.

Vemos aqui três lascas arrancadas de uma árvore, há algumas semanas, na Polônia. Três lascas de tempo. Meu próprio tempo em lascas: um pedaço de memória, essa coisa não escrita que tento ler; um pedaço de presente, aqui, sob meus olhos, sobre a branca página; um pedaço de desejo, a carta a ser escrita, mas para quem?

Três lascas cuja superfície é cinza, quase branca. Já idosa. Característica da bétula. Esfiapa-se em volutas, como os restos de um livro queimado. Na outra face, continua – no momento em que escrevo – cor-de-rosa feito carne. Aderia perfeitamente ao tronco. Resistiu à agressão de minhas unhas. As árvores também prezam a própria pele. Imagino que, com o passar do tempo, as três lascas ficarão cinzentas, quase brancas, de ambos os lados. Conservarei, guardarei, esquecerei? E, em caso afirmativo, em que envelope de minha correspondência? Em que prateleira de minha estante? Eu morto, o que pensará meu filho quando topar com esses resíduos?

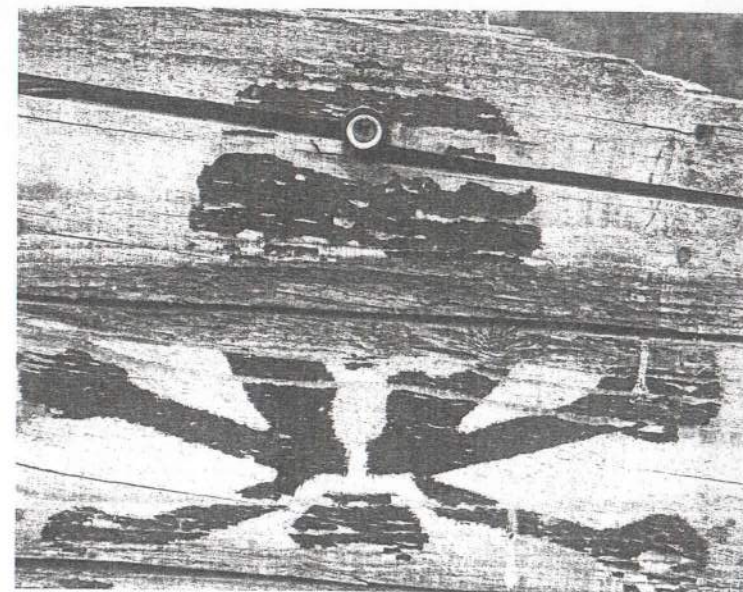


Bétulas de Birkenau: foram as próprias árvores – “bétulas” é *Birken*; “bosque de bétulas”, *Birkenwald* – que deram nome ao lugar que os dirigentes do campo de Auschwitz julgaram por bem, como é sabido, dedicar especificamente ao extermínio das populações judaicas da Europa. Na palavra *Birkenau*, a terminação *au* designa literalmente a pradaria onde crescem as bétulas, sendo portanto uma palavra para o lugar como tal. Mas seria também – já – uma palavra para a própria *dor*, como observou um amigo com quem eu trocava ideias a respeito: a exclamação *au!*, em alemão, corresponde à interjeição mais espontânea do sofrimento, como *aïe!* em francês ou *ai!* em português. Música profunda e não raro terrível das palavras pesadamente investidas de nossas assombrações. Em polonês, diz-se *Brzezinka*.

Bétulas são árvores típicas de terras pobres, estéreis ou siliciosas. Por constituírem geralmente a primeira formação arbórea mediante a qual uma floresta começa a vencer a lande selvagem, são chamadas “plantas pioneiras”. São árvores muito românticas, sob cuja sombra se desenrolam, na literatura russa, por exemplo, incontáveis histórias de amor, incontáveis elegias poéticas. A sombra das bétulas de Birkenau – exatamente as que fotografei, uma vez que aqui, na terra polonesa, a bétula, que não vive mais de 30 anos nos países temperados, resiste até 100 anos ou mais –, ecoou o uivo de milhares de dramas atestados apenas por alguns manuscritos semiapagados, sepultados nas cinzas pelos membros do Sonderkommando, prisioneiros judeus encarregados do trâmite dos cadáveres e eles próprios destinados à morte.

Caminhei por entre as bétulas de Birkenau durante um belo dia de junho. O céu opressivo. Fazia calor, toda a natureza em flor: inocente, prolífica, obstinada em seu trabalho de vida. Enxames de abelhas vojavam em meio às árvores. Em mais de uma língua eslava o substantivo “bétula” está associado à renovação primaveril, evocando a seiva que volta a circular nas árvores. Na Rússia, no início do mês de junho, comemora-se a “semana verde”, celebrando a fecundidade da bétula, a árvore nacional. A bétula é também a primeira árvore do calendário celta: simboliza, dizem, a sabedoria.

Qual a consequência dessa luz para o meu olho que procurava? Qual a consequência para o meu olho que, deixando de procurar, fitou o solo ou se voltou para o remoto cimo das árvores?



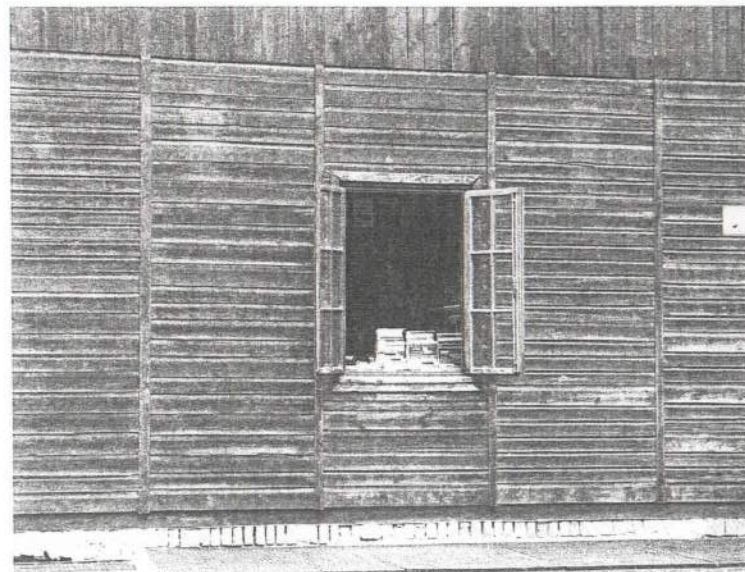
Na Antiguidade e, depois, na Idade Média, a casca das bétulas foi utilizada como suporte de textos e desenhos. Uma tábua pintada de branco com uma caveira estampada recebe o visitante desse lugar, onde predominam a madeira, o tijolo, o cimento e o arame farpado. A partir de 1945 – desde que tal advertência deixou de significar qualquer coisa de imediato –, a pintura branca e preta descascou, como a casca de uma bétula. Mas continua bem legível, assim como é legível, junto com ela, o tempo que a descortinou. Alguns pregos originais desapareceram, decerto prenderam recentemente a tabuleta com um moderno parafuso cruciforme.

Cheguei ao complexo de Auschwitz-Birkenau num domingo de manhã, bem cedo, num horário em que a entrada ainda é livre – adjetivo estranho, pensando bem, mas que dá sentido à nossa vida de cada instante, adjetivo do qual deveríamos saber desconfiar quando o lemos em letras explícitas demais, por exemplo no ferro batido do famoso pórtico *Arbeit macht frei* –, mais precisamente, num horário em que ainda não é obrigatório fazer a visita sob a batuta de um guia. As catracas metálicas, idênticas às do metrô, ainda estavam abertas. As centenas de fones de ouvido, ainda conectadas nos consoles. O corredor “Deficientes”, ainda fechado. As tabuletas nacionais – *Polski, Deutsch, Slovensky* –, ainda guardadas nas prateleiras. A sala de *Kino*, ainda vazia.

Aqui e ali, outras tabuletas: a flechinha verde na parede depois da catraca, intimando a não desviar do sentido obrigatório, verde como a folha das

bétulas, ou indicando que o caminho está “livre”. Tabuletas para administrar o tráfego humano, como tantas há, incontáveis, onipresentes. Leio ainda a palavra *Vorsicht* (“Atenção!”) atravessada por um raio vermelho e seguida pelas palavras *Hochspannung – Lebensgefahr*, isto é, “Alta tensão” e “Perigo de vida” (quer-se, naturalmente, indicar com isso perigo de morte). Hoje, porém, *Vorsicht* parece-me soar bem diversamente: antes como um convite a dirigir a vista (*Sicht*) para um “diante” (*vor*) do espaço, para um “antes” (*vor*) do tempo, até mesmo para uma causa do que vemos (como na expressão *vor Hunger sterben*, “morrer de fome”) – causa ou “coisa originária” (*Ursache*) cuja eficácia para a “coisa” dos campos não terminamos de investigar.

Outras tabuletas continuam a surgir meio que por toda parte: lápides memoriais, como dizem, ou textos escritos em branco – nos três idiomas, polonês, inglês e hebraico – destacam-se contra um fundo preto. Ou ainda, mais prosaicas, as sinalizações na forma tão familiar de “passagens proibidas”: silêncio; não circule em trajes de banho; não fume; não coma, não beba (a imagem, barrada por um traço vermelho, representando um hambúrguer ao lado de um grande copo de Coca-cola); não use o celular; não passeie com o rádio ligado; não arraste sua mala nesse campo; não entre aqui com seu carrinho de bebê; não use flash fotográfico ou câmera no interior dos galpões; deixe o cão na entrada.



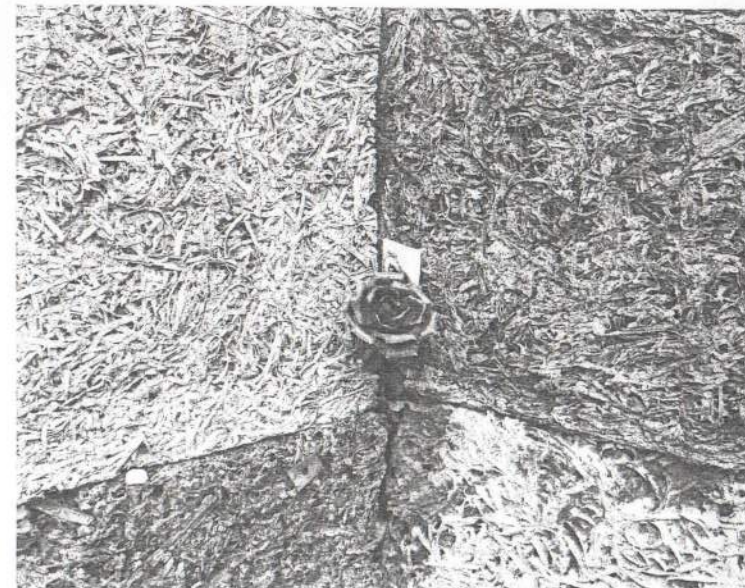
Este galpão do campo de Auschwitz foi transformado em estande comercial: vende guias, vídeos, livros com depoimentos, obras pedagógicas sobre o sistema concentracionário nazista. Vende até um gibi de segunda categoria, que parece contar a paixão entre uma prisioneira e um guarda do campo. No entanto, é um pouco cedo para nos alegrarmos completamente. Auschwitz como *Lager*, lugar de barbárie, sem dúvida foi transformado em lugar de cultura, Auschwitz “museu de Estado”, e assim é melhor. A questão toda está em saber de que gênero de cultura esse lugar de barbárie tornou-se o espaço público exemplar.

Parece não haver ponto em comum entre uma luta pela vida, pela sobrevivência, no contexto de um “lugar de barbárie” que foi Auschwitz como campo, e um debate sobre as formas culturais da sobrevivência, no contexto de um “lugar de cultura” que é hoje Auschwitz como museu de Estado. Mas há. É que o lugar de barbárie foi possibilitado – uma vez que foi pensado, organizado, sustentado pela energia física e espiritual de todos aqueles que nele trabalharam negando a vida de milhões de pessoas – por determinada cultura: uma cultura antropológica e filosófica (a raça, por exemplo), até mesmo uma cultura estética (o que fez com que dissessem, por exemplo, que uma arte podia ser “ariana” e outra “degenerada”). A cultura, portanto, não é a cereja do bolo da história; desde sempre é um lugar de conflitos em que a própria história ganha forma e visibilidade no cerne mesmo das decisões e atos, por mais “barbaros” ou “primitivos” que estes sejam.



Eu caminhava rente aos arames farpados quando um passarinho veio pousar perto de mim. Bem ao lado, mas: do outro lado. Tirei uma foto, sem pensar muito, provavelmente tocado pela liberdade daquele animal que driblava as cercas. A lembrança das borboletas desenhadas em 1942, no campo de Theresienstadt, por Eva Bulová, uma criança de 12 anos que viria a morrer aqui, em Auschwitz, no início de outubro de 1944, possivelmente me veio à cabeça. Mas hoje, observando essa imagem, percebo uma coisa bem diferente: em segundo plano, corre o arame farpado eletrificado do campo, com o metal já escurecido pela ferrugem e disposto segundo uma “trama” bastante peculiar que não vemos no arame farpado do primeiro plano. A cor deste último – cinza-claro – sugere que foi instalado recentemente.

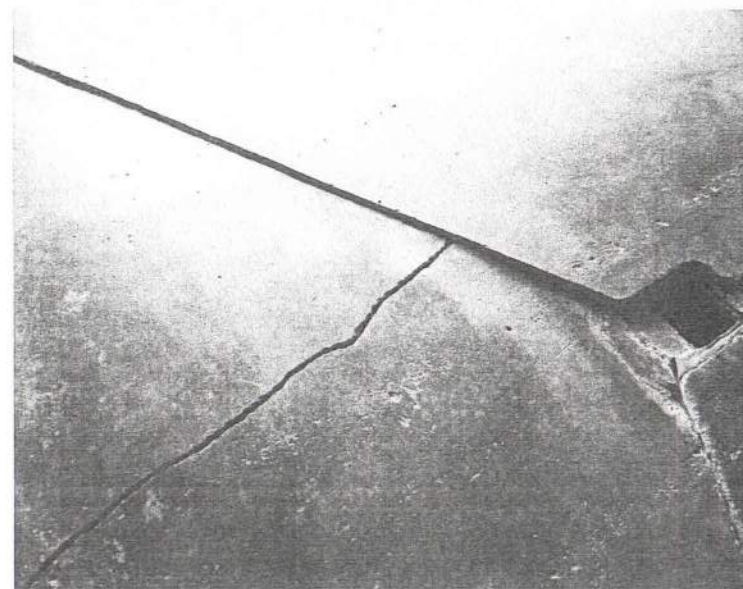
Compreender isso já me dá um aperto no coração. Significa que Auschwitz como “lugar de barbárie” (o campo) instalou os arames farpados do fundo nos anos 1940, ao passo que os do primeiro plano foram dispostos por Auschwitz como “lugar de cultura” (o museu) bem mais recentemente. Por que razão? Seria para orientar o fluxo dos visitantes, empregando o arame farpado como “cor local”? Ou para “restaurar” uma cerca degradada pelo tempo? Não sei. Mas sinto claramente que o passarinho pousou entre duas temporalidades terrivelmente disjuntas, duas gestões bem diferentes da mesma parcela de espaço e de história. Sem saber, o passarinho pousou entre a barbárie e a cultura.



O famoso “paredão das execuções”, em Auschwitz, situa-se entre os galpões 10 e 11. No rés do chão deste último, havia uma pequena “sala de serviço” ss, que funcionava como tribunal penal da Gestapo de Katowice, e outras, onde os detentos aguardavam a execução: salas “restauradas”, segundo nos disseram. No subsolo ficavam as celas da prisão do Stammlager ou “campo principal” (originariamente, a palavra *Stamm* designa o tronco de uma árvore, denotando dessa forma o essencial de alguma coisa ou seu elo genealógico, como na expressão *der Apfel fällt nicht weit vom Stamm*, que equivale à nossa expressão “tal pai, tal filho”). Vemos ainda, no topo dos muros, o que sobrou dos canos da calefação. Vemos as minúsculas masmorras, onde os prisioneiros, privados de tudo – comida, ar, luz –, morriam de fome e de sede.

O “paredão das execuções” (*Erschiessungswand*), também chamado “paredão da morte”, era efetivamente pintado de preto e forjado em placas de cimento, areia e madeira, materiais destinados a evitar o ricocheteio das balas. O paredão que vejo agora – onde houve quem depositasse uma pedra branca, uma coroa funerária, uma rosa artificial ou uma imagem pia – é feito, por sua vez, de um aglomerado de fibras cinzentas embebidas numa argamassa, gesso ou cimento líquido. Dir-se-ia um material isolante ou uma parede de teatro. Sensação dolorosa – uma vez que aqui nenhuma placa me informa sobre a realidade do que vejo –, a de que as paredes de Auschwitz nem sempre dizem a verdade.

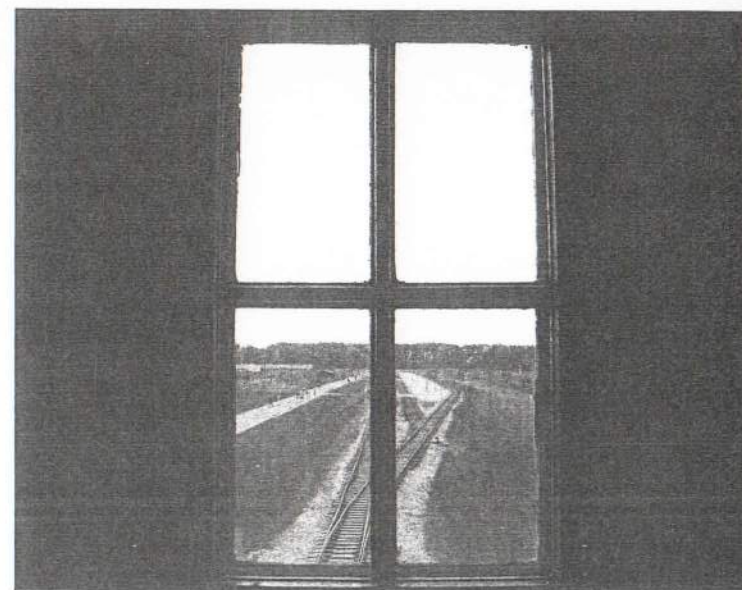
Sensação dolorosa, ver os galpões do campo – os galpões 13 a 21 – transformados em “pavilhões nacionais”, como na Bienal de Veneza, realizada justamente no momento em que atravesso o logradouro. Aqui, mais que em outros pontos, as paredes mentem: uma vez dentro do galpão, não vejo mais nenhum galpão, tendo tudo sido “remanejado” como espaço de exposição. O pavilhão polonês, com seus grandes quadros didáticos e sua ênfase nacional; o pavilhão italiano, com sua arquitetura inferior entrançada, como se carecesse de uma extravagância decorativa para veicular sua mensagem histórica; o pavilhão francês, com seu “roteiro” assinado por Annette Wiewiorka, sua “cenografia” e seu “grafismo”, seus rostos de sombras desenhados na parede, sua instalação imitando uma obra de Christian Boltanski e um cartaz do filme *Shoah*, de Claude Lanzmann. Os livros de Annette Wiewiorka são mais que nunca necessários nas bibliotecas, o filme de Claude Lanzmann, mais que nunca necessário nas salas de cinema. Todos os centros culturais – bibliotecas, salas de cinema, museus –, desnecessário dizer, podem contribuir no mundo inteiro para construir uma memória de Auschwitz. Mas o que dizer quando Auschwitz deve ser esquecido em seu próprio lugar, para constituir-se como um lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz?



É bem diferente em Birkenau. Aqui, as paredes quase desapareceram. Mas a escada não mente e nos golpeia com uma força – uma força de desolação, de terror – inaudita. Tampouco o chão mente. Auschwitz, hoje, tende para o museu, enquanto Birkenau continua um simples sítio arqueológico. É pelo menos o que desponta quando olhamos o que resta para ver, ali onde quase tudo foi destruído: por exemplo, chão fissurado, ferido, varado, rachado. Escoriado, dilacerado, aberto. Desagregado, estilhaçado pela história, um chão que berra.

Um lugar desse tipo exige do visitante que ele se interrogue, num momento qualquer, sobre seus próprios atos de olhar. Com o tempo, percebi que uma certa configuração de meu próprio corpo – baixa estatura, olhos teimosamente míopes a despeito de todos os óculos, um certo medo fundamental – incitava-me a privilegiar as coisas que estão embaixo. Tenho o costume de andar olhando para o chão. Alguma coisa deve ter restado de um antiquíssimo – mais valeria dizer infantil – medo de cair. Mas também de uma certa propensão à vergonha, de maneira que durante muito tempo encarar alguma coisa foi para mim tão difícil – o sentimento de que era preciso uma verdadeira coragem para isso – quanto necessário. Daí resultou, como que espontaneamente, um conjunto de gestos imperceptíveis destinados a concentrar, mais que dissipar, meu campo visual. Julguei então por bem transformar essa genérica timidez diante das coisas, essa vontade de fugir ou de permanecer numa perpétua atenção flutuante, em observação

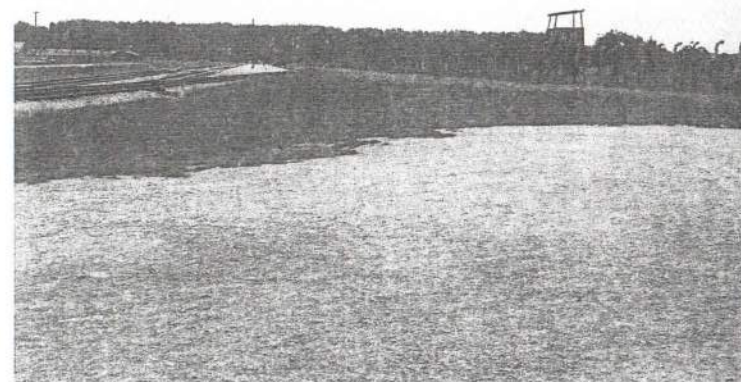
de tudo que está embaixo: as primeiras coisas a serem vistas, as coisas que temos “debaixo do nariz”, as coisas chãs. Como se me curvar para ver me ajudasse a pensar melhor o que vejo. Em Birkenau, um abatimento particular perante a história sem dúvida fez minha cabeça abaixar um pouco mais que o normal.



Dirigi-me então a Birkenau. Como tantos outros – os milhares de turistas, de peregrinos, ou as poucas centenas de sobreviventes, às vezes uns tomando-se pelos outros –, “visito” essa capital do mal que o homem sabe fazer ao homem. Isso rima com quê? E por que escrevê-lo? Não me persuadi, e faz muito tempo, de que isso seria impossível para mim? Não obstante, nada mais fácil que tomar o avião para Varsóvia, o trem para Cracóvia, o ônibus para Auschwitz e a van para Birkenau. Embora cerca de 800 pessoas chamadas Huberman constem do registro dos mortos da *Shoah*, não me sinto em condições de “retornar” a Auschwitz-Birkenau, como declarava legitimamente Paula Biren, uma sobrevivente do campo, diante da câmera de Claude Lanzmann: “Muitas vezes eu quis. Mas o que veria? Como enfrentar aquilo? [...] Como voltar àquilo, visitar?”

Transpus então a porta do antigo inferno, tão calmo e silencioso nesta manhã de domingo. Subi à guarita principal. Fotografei a janela que dá para a rampa de triagem. Meu amigo Henri, que me acompanhava – e cuja impassível serenidade me fizera decidir dar o passo dessa viagem –, me contou ter me ouvido dizer: “Isto é inimaginável”. Foi o que eu disse, claro, como todo mundo. Mas, se devo continuar a escrever, ajustar o foco, fotografar, montar minhas imagens e pensar isso tudo, é precisamente para tornar uma frase desse tipo incompleta. Cumpriria dizer: “Isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo”. Para representar alguma coisa pelo menos, um mínimo do que é possível saber.

Olhei, era inimaginável e simples ao mesmo tempo. Descortinando, ao longe, a rampa de triagem – com um grupo rarefeito de turistas na aleia frontal –, senti claramente o inimaginável da realidade passada (a tragédia das triagens) como o inimaginável do ponto de vista passado (a verificação, diante da mesma janela, do funcionamento correto das coisas por parte dos ss de plantão). O inimaginável, no caso das vítimas, foi a impossibilidade de forjar uma imagem clara dos minutos que se seguiriam, que iriam consumir – consumir – seu destino. Ou então a recusa, no caso dos ss de plantão, a imaginar a humanidade dos homens, mulheres e crianças que ele observava do alto e a distância. Mas hoje, para mim, nesta página, para qualquer um diante de um livro de história ou no território de Auschwitz, é a necessidade de se resignar a esse impasse da imaginação, esse impasse que foi precisamente uma das grandes forças estratégicas – por mentiras e brutalidades – do sistema de extermínio nazista.



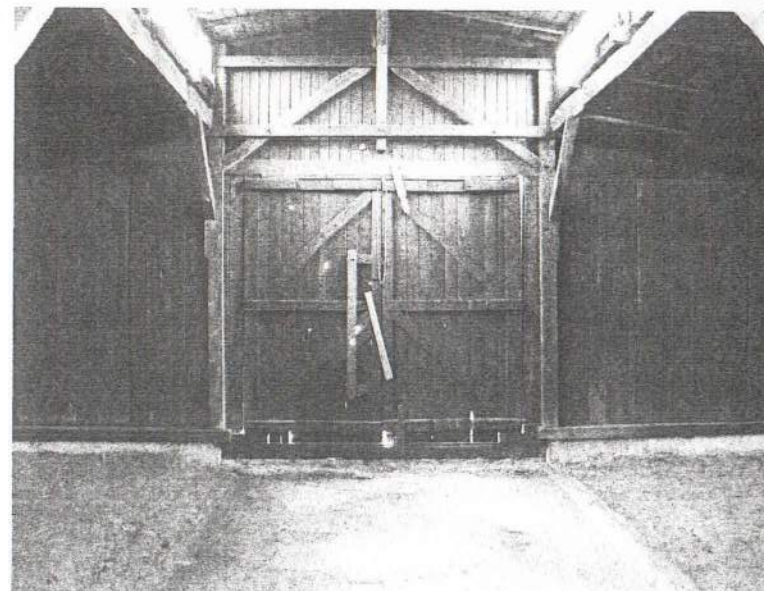
A partir desse momento, fotografei praticamente qualquer coisa às cegas. Em primeiro lugar, porque uma espécie de urgência me empurrava para a frente. Depois, porque não me apetecia transformar o lugar numa série de paisagens bem focadas. Por fim, todo e qualquer ajuste me era tolhido, tecnicamente falando, na medida em que a luz opressa desse meio de dia, cuja intensidade, ou, caso prefiram, cuja intensidade de chumbo, chegava a ser acentuada pelas nuvens no céu, me impedia de verificar o que quer que fosse no pequeno visor de minha câmera digital.

Mas o que é um horizonte em Birkenau? O que é um horizonte neste lugar concebido para dissipar toda esperança? O horizonte, primeiramente, são esses terrenos – hoje desolados, na época pululantes de uma população completamente aterrorizada – dominados pelas guaritas. Com efeito, ao longe vemos a linha da crista das árvores da floresta. Convém então projetar seu olhar o mais longe possível, para além das cercas eletrificadas do campo: lá onde a natureza “recupera seus direitos” e onde, talvez, ainda exista um direito para os humanos, cuja negação este lugar, justamente, gerou de modo tão eficaz. Mas o horizonte, aqui, são acima de tudo as linhas horizontais do arame farpado – aproximadamente umas 20 carreiras –, que, da altura de um homem, onde quer que estejamos, aprisionam tanto a vista como a vida.

Todo o espaço é rasurado, riscado, ceifado, barrado, escorchado pelo arame farpado. Horizontais eriçadas, instaladas não para suprimir as referências, como num aparelho óptico de varredura perspectiva, mas para fazer

desistir de tudo. É, portanto, um horizonte para além de toda orientação ou desorientação. Horizonte mentiroso, no qual a abertura para o distante choca-se com a implacável cerca de arame farpado. Ao contrário de uma prisão – que, teoricamente, é um espaço jurídico e cuja cerca se materializa em muros opacos –, o campo de Birkenau fecha-se em sua negação do direito na mesma medida em que é visualmente “aberto” para o exterior.

Hoje, com praticamente tudo destruído – em especial os crematórios, dinamitados pelos ss entre 20 e 22 de janeiro de 1945, imediatamente antes da chegada dos primeiros soldados do Exército Vermelho, no dia 27 –, o horizonte de Birkenau situa-se com mais intensidade entre os galpões de madeira ainda presentes, os postes em riste da cerca e os vestígios de tudo o que foi demolido. Eis por que o solo se reveste de tal importância para quem visita esse tipo de lugar. Convém olhar como um arqueólogo: nesta vegetação, repousa uma imensa desolação humana; nestas fundações retangulares e nestas pilhas de tijolos, repousa todo o horror das chacinas coletivas nas câmaras de gás; nesta toponímia aberrante – “Kanada”, “Mexiko” –, repousa toda a loucura lógica de uma organização racional da humanidade compreendida como matéria-prima, como resíduo a ser transformado; nestas tranquilas superfícies pantanosas, repousam as cinzas de incontáveis assassinados.



Entrei nos galpões ainda intactos (se pudermos dizer assim). Espaços absolutamente desmesurados e fechados. Agora que não há mais ninguém aqui para sofrer, gemer, morrer ou sobreviver, chama atenção uma espécie de estado anterior a essa condição humana: quero falar do modo de construção, de sua simplicidade, de sua indigência cruel, de sua lógica de estábulo. Tijolo e cimento no que se refere ao piso, latrinas, tubulações e chaminés. Todo o restante é madeira: vigas, tábuas, e só. A rústica carpintaria do andaime. A costaneira escura das divisórias, típica das construções camponesas na Polônia. O sistema de fechadura das portas.

Fotografar isto é fatalmente produzir imagens de perspectivas aterradoras: construções compridas, onde, por exemplo, sucedem-se infindáveis e sumários buracos de latrinas. Compreendemos por que, num lugar assim, a forma cinematográfica mais óbvia foi o *travelling* adotado por Alain Resnais em *Noite e neblina* (do qual se diferenciam as panorâmicas e os planos-sequência de Claude Lanzmann ao filmar, em *Shoah*, os “não lugares” dos sítios de extermínio em que não restava mais nenhuma construção). Além disso, o *travelling* exige trilhos, assemelhando-se, por conseguinte, ao próprio dispositivo ferroviário, dispositivo essencial para a “solução final”, uma vez que se tratava – como Raul Hilberg mostrou – de administrar o transporte das populações judaicas de toda a Europa até esta fatal “rampa” de Birkenau. Este galpão, estábulo de seres humanos, do qual fotografo apenas a porta – que é como o ponto final, o “alto lá!” de todas essas perspectivas –, não teria sido, no fim das contas, apenas mais um gigante vagão de animais? O último vagão, o vagão extra, o espaço de uma vida infernal esperando o pior?



Ei-la, mais que em outro lugar qualquer, essa perspectiva aterradora. É o caminho – a “estrada do campo” chamada pelos funcionários nazistas de Lagerstrasse A – que levava seja para o Zentralsauna, no caso dos “aptos”, que teriam as roupas confiscadas e seriam desinfetados pelo Zyklon B, tatuados etc.; seja para os crematórios IV e V, no caso dos “inaptos”, fadados à asfixia sumária por gás mediante doses mortais do mesmo Zyklon B. Outro caminho, chamado Hauptstrasse ou “estrada principal”, dirigia os “inaptos” recém-chegados para os grandes crematórios II e III.

Foi nessa estrada, após a “triagem” na Judenrampe, que um funcionário nazista se posicionou, entre maio e junho de 1944, para fotografar os judeus húngaros saindo em comboio, em especial os tais “inaptos” – mulheres, crianças, idosos –, estes conduzidos diretamente para a morte. Neste domingo tranquilo de junho de 2011, a estrada está vazia: não há um único turista no horizonte. Não passa de uma via pedregosa que leva da zona ferroviária do campo à zona das câmaras de gás. A imagem que capturei, focando rapidamente e fazendo um simples gesto com o dedo, é no fundo muito mais abstrusa, a despeito de sua grande banalidade, muito mais complexa que qualquer coisa que cogitamos dizer quando *esperamos tudo* de uma fotografia (“agora sim, é isso!”) ou, ao contrário, quando *não esperamos mais absolutamente nada* dela (“não, não é nada disso, isso é inimaginável”).

Basta um ponto de vista arqueológico para varrer as falsas dificuldades de tal alternativa. Sim, é exatamente isto, sim, é isto que ainda resiste ao

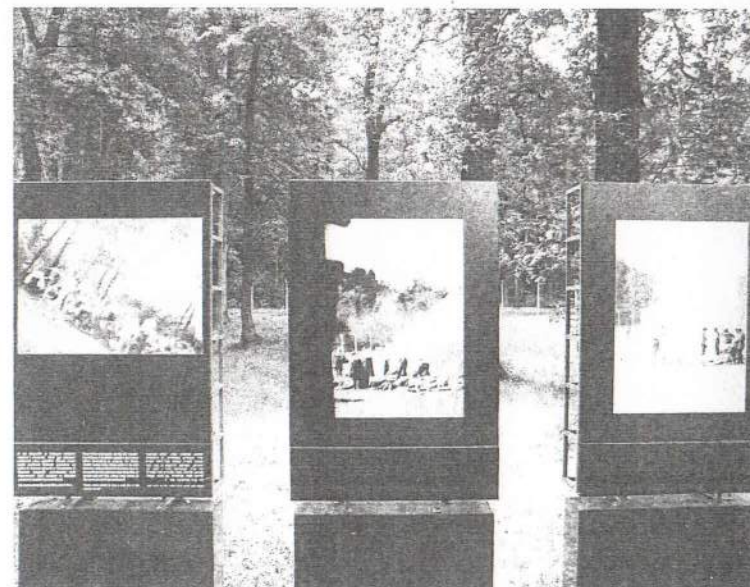
tempo: é de fato esta estrada, este caminho, são de fato estas duas cercas de postes de cimento e arame farpado. Apesar de agora vazio de todos os atores de sua tragédia, este é claramente o lugar de nossa história. O fogo da história passou. Partiu como a fumaça dos crematórios, soterrado junto com as cinzas dos mortos. Isso significaria que não há nada a imaginar porque não há nada – ou muito pouco – a ver? Certamente não. Olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido.

A verdade não é dita com palavras (toda palavra pode mentir, toda palavra pode significar tudo e seu contrário), mas com frases. Minha fotografia da “estrada do campo” ainda não passa de palavra incipiente. Pede para ser situada numa frase. Aqui, a frase não é outra senão meu relato por inteiro, relato feito de palavras e imagens inconsúteis. Mas uma mesma palavra só ganha sentido se utilizada em contextos que convêm saber variar, *experimental*: contextos diferentes, frases, montagens diferentes. Por exemplo, a montagem que consistisse, após percorrer solitariamente essa estrada, em escrutar os rostos daqueles e daquelas que por ela passaram num dia de maio ou de junho de 1944: aqueles rostos que o oficial nazista fotografou sem fitá-los, mas que hoje nos encaram de páginas aterradoras – chãs e hediondas, simples e vertiginosas ao mesmo tempo – do *Álbum de Auschwitz*.



É preciso andar certo tempo. No fim da Lagerstrasse A, atravessamos novamente um portão gradeado. Em seguida, é preciso virar à esquerda para entrar na Lagerstrasse B, que prolonga – tudo aqui é vazio, mas esses topônimos indicam claramente que estamos numa cidade, uma imensa cidade de fantasmas – a Ringstrasse. É aqui que começa o Birkenwald, ou bosque de bétulas. Ele surge em toda a sua serenidade verdejante (no inverno deve ser bem diferente), com toda a delicada beleza dos troncos brancos com suas manchas, que evocam resquícios de alguma partitura musical. Em algumas de minhas fotografias, não se veem senão as árvores, como se meu olhar tivesse buscado sua respiração a despeito do arame farpado. Mas o arame farpado está efetivamente aqui, com seus postes de cimento e fios eletrificados. Tudo isso tornado tão discreto pela força visual dos troncos de árvores ao redor, tão presente, não obstante indique nessa banal floresta um centro de massacre organizado.

Estamos nas imediações dos crematórios IV e V. Nas pranchas do *Album de Auschwitz* reunidas pelo fotógrafo nazista sob a rubrica “inadaptados”, vemos dezenas de mulheres e crianças agrupadas entre as árvores, sentadas no capim, que um olhar desatento poderia situar numa cena de piquenique gigante (na realidade, elas não comem, esperam, e as que vemos com a mão na boca só fazem esse gesto pela angústia que as paralisa diante da lente intimidante do ss). Vez por outra, ao fundo, vemos os postes eletrificados. Mas os troncos de árvores já são como barras de uma imensa prisão, ou melhor, malhas de uma armadilha obsidional.



O sítio do crematório V forma uma espécie de clareira no bosque de bétulas. Em novembro de 1942, começaram as obras de construção, e, em 5 de abril de 1943, os ss já podiam organizar ali uma primeira asfixia em massa nas câmaras de gás. Hoje, o visitante não vê senão aproximadamente o que viram os soviéticos em janeiro de 1945: simples ruínas, um monte de escombros diante dos quais uma pequena placa “passagem interdita” sugere não “entrar”.

Sabemos que os russos tentaram remover esses vestígios, talvez com a ideia de trazer à luz os restos do forno crematório fabricado – como todos os demais – pela honrada empresa Topf und Söhne, inicialmente especializada no fornecimento de grelhas industriais ou para a torrefação de cereais. Porém, como as cargas explosivas haviam sido instaladas justamente dentro desses fornos, restaram apenas pilhas informes de tijolos e ferragens. Uma tabuleta posicionada diante dos escombros fornece atualmente a configuração exata do prédio, cujas plantas os funcionários da Bauleitung, empresa que construiu o campo, não tiveram tempo, em 1945, de queimar.

Foi deste ponto que, em agosto de 1944, um membro do Sonderkommando, na companhia de todos os seus camaradas, tirou as quatro fotografias que constituem, até o dia de hoje, os únicos testemunhos visuais de uma operação de asfixia por meio de gás no próprio tempo de seu desenrolar. Testemunhos produzidos pelos próprios prisioneiros e destinados a ser transmitidos, como os famosos “manuscritos dos Sonderkommandos”, para além do mundo fechado – implacável ferrolho do espaço e implacável

fatalidade do tempo – de Birkenau. O caráter excepcional desses documentos incitou os curadores do museu de Estado de Auschwitz-Birkenau a instalar, bem em frente às ruínas, três lápides reproduzindo as fotografias e resumindo as condições em que foram realizadas.

Já se passaram mais de dez anos desde que dediquei a essas fotografias um trabalho de escrita: um ensaio, uma tentativa de olhá-las de perto, esboçar sua fenomenologia, situar seu teor histórico, compreender seu valor perturbador para nosso próprio pensamento. Isso não aconteceu sem dor: dificuldades intrínsecas de enfrentar tais imagens, dificuldades extrínsecas de enfrentar uma polêmica relativa ao fato mesmo de lhes atribuir tal importância. Essas dificuldades não são minhas; elas acompanham, penso, toda decisão “cultural” ligada à transmissão e à museificação de um acontecimento histórico de consequências – memoriais, sociais, filosóficas, políticas – consideráveis.

Portanto, resumo a situação nesta clareira do bosque de bétulas: de um lado, uma encantadora floresta verdejante, do outro, uma montanha de tijolos e vergalhões, ou seja, o que resta do crematório V de Birkenau, onde, contra qualquer direito humano, milhares de pessoas foram assassinadas. Entre os dois, as três “lápides” fotográficas, esses “lugares de memória”, como se diz, que quatro outras lápides negras vêm complementar, a poucos passos de distância: contêm inscrições em letras brancas, em quatro idiomas, em que podemos ler as palavras “memória”, “vítimas”, “genocídio”, “cinzas” e a expressão “repousem em paz”. Vemos também, delicadamente depositadas pelos peregrinos de passagem, rosas vermelhas ou pedrinhas funerárias da tradição judaica.

Evidentemente, já conhecendo as fotografias, fico impressionado com a operação de que foram objeto até alcançarem, sobre essas lápides, o status de “lugares de memória”. Não quero falar aqui como “especialista” – que não sou – maníaco. Apenas me vem à cabeça esta pergunta, a mais evidente possível: cumpre então simplificar para transmitir? Embelezar para educar? Radicalizando, poderíamos dizer: temos de mentir para dizer a verdade? Quem então assumiria responder afirmativamente a tais perguntas? Se bem me lembro, no subsolo do memorial dos judeus assassinados da Europa, em Berlim, os documentos são expostos num espírito de exatidão escrupulosa: as cartas de deportados foram fotografadas, transcritas e traduzidas para o visitante, que delas recebe, simultaneamente, toda a verdade material com toda a força emocional (pois essas cartas são perturbadoras, e não é o escrúpulo filológico que poderia reduzir sua capacidade de nos abalar, muito pelo contrário).

Aqui não: como em tantos outros livros de história ou “museus da memória”, as fotografias do Sonderkommando foram simplificadas, uma maneira de trair suas próprias condições de existência. Em primeiro lugar, mencionam – e

mostram – três das quatro fotografias de fato remanescentes. Que mal causaria então essa quarta imagem, tornada invisível, às outras três? Sabemos as condições de extremo perigo vivenciadas pelo fotógrafo clandestino de Birkenau, sobretudo no momento em que teria decidido registrar, de fora do crematório – ou seja, a apenas poucos metros da indefectível guarita –, a carreira desesperada das mulheres conduzidas à câmara de gás.

A fotografia ausente nas lápides não passara de um teste para capturar essa corrida: na impossibilidade de ajustar o foco, isto é, de sacar o aparelho do balde onde ele o escondia, na impossibilidade de posicionar o olho no visor, o integrante do Sonderkommando orientou como pôde sua lente para as árvores, às cegas. Não sabia evidentemente que efeito aquilo teria sobre a imagem. O que hoje somos capazes de identificar são as árvores da floresta de bétulas: apenas as árvores, suas frondes projetadas para o céu e a luz saturada daquele dia de agosto de 1944.

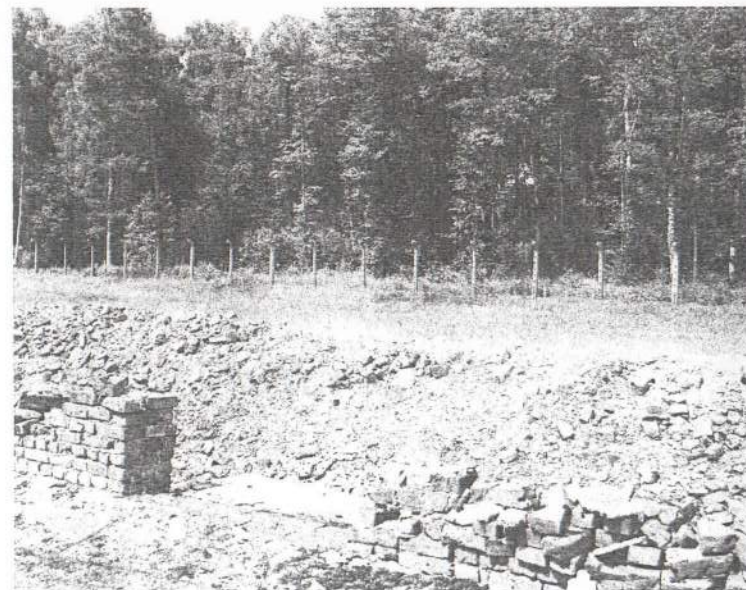
Para nós, que aceitamos examiná-la, essa fotografia “defeituosa”, “abstrata” ou “desorientada” testemunha algo que permanece essencial, isto é, o próprio perigo, o vital perigo de presenciar o que acontecia em Birkenau. Testemunha a situação de urgência e da quase impossibilidade de testemunhar naquele momento preciso da história. Para o idealizador do “lugar de memória”, essa fotografia é inútil, uma vez que privada do referente que ela visa: não se vê ninguém nessa imagem. Mas será necessária uma realidade claramente visível – ou legível – para que o testemunho se consuma?

Quanto às três fotografias restantes, constato sem demora que foram decupadas de maneira a tornar mais “legível” a realidade que elas testemunham: a imagem das mulheres que correm em direção à câmara de gás não passa aqui de um close extraído da fotografia real, na qual o próprio bosque de bétulas ocupa uma área bem maior. As duas imagens mostrando a incineração dos corpos ao ar livre foram “corrigidas” de maneira a suprimir justamente aquilo que as tornara possíveis, a saber, o ângulo enviesado e a grande penumbra – a da própria câmara de gás –, graças aos quais o fotógrafo clandestino pôde sacar seu aparelho e ajustar o foco. Com efeito, ele precisava *se esconder para ver*, e é isso que a pedagogia memorial quer aqui, curiosamente, nos fazer esquecer.



Ergui os olhos para o céu. Naquela tarde de junho em que o anil estava plúmbeo, cor de borralho, senti a luz implacável como quem leva um soco. A fronde das bétulas acima da cabeça. Fiz uma ou duas fotografias às cegas, sem saber bem por quê – não tinha, naquele momento, nenhum plano de trabalho, de argumento, de narrativa –, mas hoje vejo claramente que essas imagens lançam uma pergunta muda às árvores do Birkenwald. Uma pergunta feita às próprias bétulas, a rigor os únicos sobreviventes que continuam a crescer por aqui. Comparando minha imagem à do fotógrafo clandestino de Birkenau, constato que os troncos de bétulas estão agora muito mais grossos, muito mais sólidos que em agosto em 1944.

A memória não requer apenas nossa capacidade de fornecer lembranças circunstanciadas. As testemunhas eminentes dessa história – David Szmulewski, Zalmen Gradowski, Lejb Langfus, Zalmen Lewental, Yakov Gabbay ou Filip Müller – transmitiram tanto afetos quanto representações, tanto impressões fugazes, irrefletidas, quanto fatos declarados. É nesse aspecto que seus estilos nos interessam, que suas línguas nos perturbam. Como nos interessam e perturbam as escolhas emergenciais adotadas pelo fotógrafo clandestino de Birkenau para dar uma consistência visual – onde o não reconhecível rivaliza com o reconhecível, como a sombra com a luz –, uma forma a seu testemunho desesperado.



Ignorando a placa de proibido, passei demoradamente por entre as ruínas silenciosas do crematório V, essa desolação “ao ar livre...”, expressão que já lamento, de tal forma ecoa o paradoxo induzido pela crueldade e a condenação à sombra – e à morte – inerentes a um lugar desse tipo. O céu carregado, uma brisa soprava ao redor. As fundações nitidamente visíveis, a pertinácia de alguns renques de tijolos, tudo isso levava, como por uma inversão da paisagem aberta à minha frente, a imaginar as paredes e os tetos desse galpão onde sufocaram tantas vidas humanas. Vemos a floresta bem defronte, estendendo-se serena além da cerca de arame farpado.

Logo, a imagem por mim produzida adota, na realidade, um ângulo não muito distante do ponto de vista adotado antes pelo fotógrafo de Birkenau (deixo de lado uma questão de orientação, que tentei elaborar em outro lugar e que concerne ao sentido, invertido ou não, da folha de contatos preservada no museu de Auschwitz com relação ao negativo desaparecido). O formato retangular de minha imagem corta a vista na fronde das bétulas, ao passo que o formato quadrado da câmera utilizada pelo membro do Sonderkommando deixava aparecer uma nesga de céu acima das mesmas árvores.

A despeito das veementes e insistentes negações de Claude Lanzmann – deviam-se elas a algum argumento metafísico ou pura e simplesmente à má-fé de quem pretende ter, ou sempre teve, razão –, surge aqui, em meio a esse monte de entulho e linhas demarcatórias, uma terrível evidência, que estabeleci com base na análise das plantas de edificação dos crematórios

e do depoimento crucial dado em 1987 por David Szmulewski, único sobrevivente desse episódio, respondendo às perguntas meticulosas de Jean-Claude Pressac. Uma terrível evidência – que as imagens aéreas da RAF, capturadas em 23 de agosto de 1944, mas só recentemente reveladas, não fazem senão reforçar com um novo ponto de vista. É que as duas fotografias do Sonderkommando em que descobrimos a cremação dos corpos sobre a plataforma foram, na realidade, feitas a partir do interior de uma câmara de gás: com a porta aberta para a face norte, esclarecia Szmulewski, com fins de arejamento. Essa mesma porta da qual não podemos, hoje, senão contemplar a soleira quebrada.

Por que tal hipótese desencadeou tantas resistências, raiva e ilações duvidosas? A resposta decerto reside nos diferentes valores de uso aos quais se pretende referir a expressão “câmara de gás” nos discursos hoje promovidos sobre o grande massacre dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Para um metafísico do Holocausto, “câmara de gás” significa o cerne de um drama e de um mistério: o lugar por excelência da *ausência de testemunha*, análogo, de certa forma, por sua invisibilidade radical, ao centro vazio dos tabernáculos.

Convém dizer, ao contrário, e sem temer a terrível significação que os conceitos assumem quando os reportamos à sua materialidade, que a câmara de gás era, para um membro do Sonderkommando, o “lugar de trabalho” quase cotidiano, o lugar infernal do *trabalho da testemunha* (tenha essa testemunha sobrevivido milagrosamente, como Filip Müller, ou morrido como todas as demais, mas tendo conseguido perpetuar o relato de sua condição, como Zalmen Gradowski). O gesto do fotógrafo clandestino foi, no fim das contas, tão simples quanto heroico: ao se posicionar dentro da câmara de gás, justamente onde os SS o obrigavam, dia após dia, a descarregar os cadáveres das vítimas recém-assassinadas, ele transformou, por alguns raros segundos roubados à atenção de seus guardiões, o *trabalho servil*, seu trabalho de escravo do inferno, num verdadeiro *trabalho de resistência*.

Para nós, que hoje tentamos, sem sucesso, calcular o horror dos assassinatos em massa, a câmara de gás significa em primeiro lugar o centro absoluto da “solução final”. Mas as condições reais – sempre materiais, triviais, circunstanciais – de um processo desse tipo nunca são absolutas, de maneira que a câmara de gás existia para cada um na rede relativa – cruelmente relativa – das “triagens”, das decisões da SS e, em geral, das inúmeras condições em que cada destino podia variar, bifurcar-se, por pouco que fosse, no próprio âmbito desse implacável horizonte de morte. O gesto do fotógrafo clandestino de Birkenau, utilizando o limiar da câmara de gás como abrigo momentâneo e moldura enviesada para seu ato de testemunho, não deve ser compreendido, portanto, como essa minúscula bifurcação de seu trabalho de morte em trabalho de olhar?

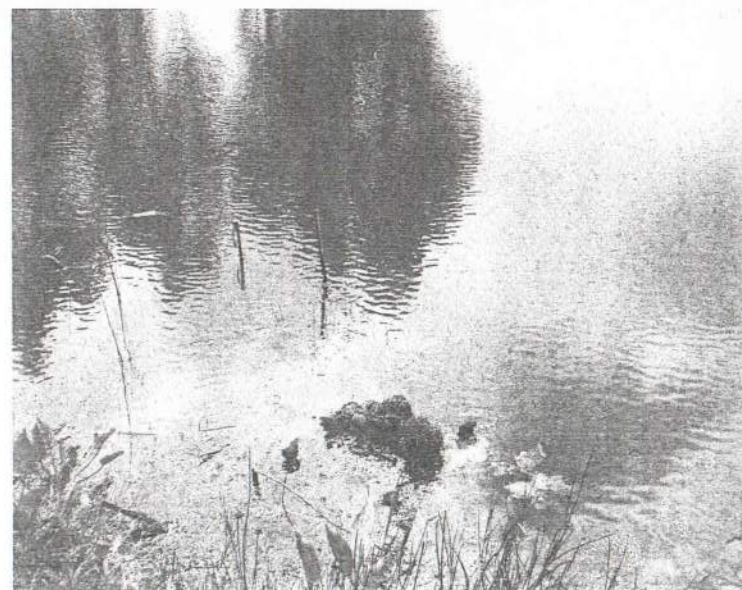


Aventurei-me então junto à cerca, na direção norte. Vemos ali, no ângulo do perímetro estabelecido para essa zona de Birkenau, a guarita que deve ter sido objeto de todas as inquietudes por parte dos membros do Sonderkommando durante sua operação de registros clandestinos. Era aqui, junto à cerca eletrificada, que os companheiros do fotógrafo clandestino – cujo trabalho ele literalmente documentou – lançavam os cadáveres das vítimas recém-asfixiadas em grandes fornalhas a céu aberto, das quais escapava uma fumaça grossa, a mesma que vemos, com bastante nitidez, nas fotos aéreas da RAF.

Sabemos que, até o outono de 1942, os corpos das vítimas judias dos *bunkers* I e II eram enterrados. Durante a visita que fez a Auschwitz em 17 e 18 de julho de 1942, Heinrich Himmler assistiu a uma asfixia por gás no *bunker* II e ao enterro dos cadáveres. Mas os SS temiam igualmente a poluição, produzida pelos cadáveres em decomposição, do lençol freático, o que levantava novos problemas de logística para o projeto de internar mais 100 mil detentos em Birkenau. Himmler ordenou então que os corpos fossem queimados, tomando como modelo – adotado pelo coronel SS Paul Blobel – as grandes fornalhas de Chelmo. Assim, do fim de setembro ao fim de novembro de 1942, 50 mil corpos foram queimados a céu aberto na zona do bosque de bétulas. Filip Müller relatou meticulosamente a escavação dos novos fossos de incineração defronte do crematório V, na primavera de 1944, para dar conta da vasta operação de extermínio dos judeus húngaros.

Desde essa época, os fossos foram vedados. O que posso ver, próximo à cerca do campo, assemelha-se provavelmente a um estado do solo *anterior* a esses terríveis dispositivos, que mediam entre 40 e 50 metros de comprimento por oito de largura e dois de profundidade, aos quais foram acopladas sarjetas destinadas a recolher a gordura humana. Falando “absolutamente”, não há mais nada para ver de tudo isso. Mas *o depois* dessa história, no qual me situo hoje, tampouco pode deixar de ser trabalhado, trabalhado *a posteriori*, trabalhado “relativamente”. É o que posso constatar ao descobrir, com um aperto no coração, a bizarra profusão de flores brancas no lugar exato dos fossos de cremação.

Georges Bataille escreveu, há tempos, um belo artigo intitulado “A linguagem das flores”. Nele, vira de ponta-cabeça o valor tranquilizador atribuído às flores quando queremos ignorar sua relação com a sexualidade, com o desfolhamento de qualquer coisa ou com o apodrecimento das raízes. Aqui, o paradoxo é ainda muito mais cruel. Pois a exuberância com que as flores dos campos crescem não passa, no fim das contas, da contrapartida de uma hecatombe humana galvanizada por essa faixa de terra polonesa.



Logo, nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados. Caminhar hoje por Birkenau é deambular por uma paisagem tranquila e discretamente orientada – balizada por inscrições, explicações, documentada, em suma – pelos historiadores desse “lugar de memória”. Como a história aterradora da qual esse lugar foi teatro é uma história passada, gostaríamos de acreditar naquilo que vemos em primeiro lugar, ou seja, que a morte foi embora, que os mortos não estão mais aqui.

Mas é justamente o contrário que pouco a pouco descobrimos. A destruição dos seres não significa que eles foram para outro lugar. Eles estão aqui, decerto: aqui, nas flores dos campos, aqui, na seiva das bétulas, aqui, neste pequeno lago onde repousam as cinzas de milhares de mortos. Logo, água adormecida que exige de nosso olhar um sobressalto perpétuo. As rosas depositadas pelos peregrinos na superfície da água ainda flutuam, e começam a murchar. As rãs saltam de todos os lados quando me aproximo da beira d'água. Embaixo estão as cinzas. Aqui, temos de compreender que caminhamos no maior cemitério do mundo, um cemitério cujos “monumentos” não passam dos restos dos aparelhos

concebidos precisamente para o assassinato de cada um separadamente e de todos juntos.

A propósito, os “curadores” deste mais que paradoxal “museu de Estado” chocaram-se com uma dificuldade inesperada e dificilmente administrável: na zona que cerca os crematórios IV e V na orla do bosque de bétulas, a própria terra regurgita constantemente vestígios das chacinas. As inundações provocadas pelas chuvas, em particular, trouxeram incontáveis lascas e fragmentos de ossos à superfície, de maneira que os responsáveis pelo sítio se viram obrigados a aterrá-lo para cobrir essa superfície que ainda recebe solicitações do fundo, que ainda vive do grande trabalho da morte.



Antes de ir embora, fotografei o chão do crematório V. O cimento continua firme, apenas fissurado, rachado em certos lugares. Musgos ou líquens invadiram o local. Aos nazistas que explodiram o prédio para suprimir as “provas” de seu empreendimento criminoso, não ocorreu a ideia de destruir os solos. Nada se parece mais com um chão de cimento do que outro chão de cimento. Mas, como é sabido, o arqueólogo defende outro discurso: os solos falam conosco precisamente na medida em que sobrevivem, e sobrevivem na medida em que os consideramos neutros, insignificantes, sem consequências. É justamente por isso que merecem nossa atenção. Eles são a casca da história.

Sei que determinados sítios memoriais dos campos nazistas – o de Buchenwald, em especial – foram obrigados a recorrer à competência de arqueólogos profissionais para interrogar os solos, escavar as profundezas, exumar os vestígios da história. Em Birkenau, o solo do Kanada II – zona onde não subsiste mais nenhum galpão – “vomita ainda a miserável riqueza das vítimas dos ss”, escreve Jean-François Forges em seu recente *Guia histórico de Auschwitz*: talheres, pratos, tigelas de estanho ou latão, cacos de copos ou de garrafas.

Num magnífico textinho intitulado “Escavar e lembrar”, Walter Benjamin lembrou – na esteira de Freud – que a atividade do arqueólogo era capaz de esclarecer, para além de sua técnica material, alguma coisa de essencial à atividade de nossa memória. “Quem tenta se aproximar do próprio passado soterrado deve fazer como um homem que escava. Ele não deve temer voltar

incessantemente a um único e mesmo estado de coisas – a dispersá-lo como dispersamos a terra, a revirá-lo como reviramos o reino da terra.” Ora, o que ele encontra, nessa seleção dispersa, sempre advinda do tempo perdido, são “as imagens que, arrancadas de todo contexto anterior, são para nosso olhar posterior joias em roupas sóbrias, como os *torsi* na galeria do colecionador”.

Isso significa pelo menos duas coisas. Primeiro, que a arte da memória não se reduz ao inventário dos objetos trazidos à luz, objetos claramente visíveis. Depois, que a arqueologia não é apenas uma técnica para explorar o passado, mas também, e principalmente, uma anamnese para compreender o presente. Eis por que a arte da memória, diz Benjamin, é uma arte “épica e rapsódica”:

No sentido mais estrito, portanto, assim como um bom relatório arqueológico não deve apenas indicar as camadas de onde provêm as descobertas, mas também e sobretudo aquelas que precisaram ser atravessadas antes, a verdadeira lembrança deve, num modo épico e rapsódico, fornecer ao mesmo tempo uma imagem daquele que se lembra.

Daí não ser pretensão minha, observando esse solo, fazer emergir tudo que ele esconde. Interrogo apenas as camadas de tempo que terei de atravessar antes de alcançá-lo. E para que ele venha juntar-se, aqui mesmo, ao movimento – à inquietude – de meu próprio presente.



O que a casca me diz a respeito da árvore. O que a árvore me diz a respeito do bosque. O que o bosque, o bosque de bétulas, me diz a respeito de Birkenau. Essa imagem, naturalmente, como as outras, é quase insignificante. Quase insignificante, uma coisa superficial: película, sais argênteos que se sedimentam, pixels que se materializam. Sempre tudo na superfície e por superfícies entremeadas. Superfícies técnicas para testemunhar apenas a superfície das coisas. O que isso me diz a respeito do fundo, o que isso atinge no fundo? A maioria das imagens, bem sei, não tem maiores consequências. Milhares de turistas vieram a Birkenau antes de mim, empunhando câmeras, e milhares de vezes posicionaram suas lentes, imagino, exatamente como posicionei a minha. A cada qual o seu álbum, poderíamos dizer. Essas imagens, quase sempre, transformam-se em tesouros particulares – como as imagens oníricas, só são intensas e significativas na lembrança pessoal de quem as preza.

Mas nem todas as imagens permanecem inócuas e não partilhadas. Há imagens – como as do Sonderkommando de Birkenau – que são atos coletivos, e não simples troféus ou bibelôs privados. Há superfícies que transformam o fundo das coisas ao redor. Os filósofos da ideia pura, os místicos do tabernáculo não pensam a superfície senão como uma maquiagem, uma mentira: o que esconde a essência verdadeira das coisas. Aparência contra essência ou semelhança contra substância, em suma. Podemos pensar, ao contrário, que a substância decretada para além das superfícies não passa de um embuste metafísico. Podemos pensar que a superfície é o que cai das

coisas: que advém diretamente delas, o que se separa delas, delas procedendo, portanto. E que delas se separa para vir rastejando até nós, até a nossa vista, como retalhos de uma casca de árvore. Por menos que aceitemos nos abaixar para recolher alguns pedaços.

A casca não é menos verdadeira que o tronco. É inclusive pela casca que a árvore, se me atrevo a dizer, se exprime. Em todo caso, apresenta-se a nós. Aparece de aparição, e não apenas de aparência. A casca é irregular, descontínua, acidentada. Aqui ela se agarra à árvore, ali se desfaz e cai em nossas mãos. Ela é a impureza que advém das coisas em si. Enuncia a impureza – a contingência, a variedade, a exuberância, a relatividade – de toda coisa. Mantém-se em algum lugar na interface de uma aparência fugaz e de uma inscrição sobrevivente. Ou então designa, precisamente, a aparência inscrita, a fugacidade sobrevivente de nossas próprias decisões de vida, de nossas experiências sofridas ou promovidas.

O que fui fazer em Birkenau? Por que “voltar àquilo”? Lembro-me de ter circulado de maneira indecisa, embora, evidentemente, orientada por um saber construído desde a infância. Atravessei o bosque de bétulas sem plano preconcebido, e ainda assim caminhava numa direção imperiosa. Tudo isso num estado de ânimo flutuante, porém conturbado, mais indiferente do que a princípio eu teria imaginado, embora integralmente solicitado pela violência do lugar. Senti a atmosfera singular daquele domingo de verão, a escala imprevisível do espaço, a pressão do céu. Olhei as árvores como alguém que interroga testemunhas mudas. Procurei não detestar demais as pobres flores cruéis. Reinscrevi, enquanto andava, este lugar na minha história familiar, meus avós, mortos aqui mesmo, minha mãe, que perdeu toda a faculdade de tocar no assunto, minha irmã, que amou a Polônia numa época em que eu não podia entender, meu primo, que ainda não está preparado, imagino, para essa espécie de reencontro frontal com a história. Pensei naquele amigo judeu polonês que, no mesmo momento, morria na outra ponta da Europa.

Para não ficar fascinado, nem aterrorizado, fiz então como todo mundo: tirei algumas fotografias ao acaso. Quer dizer, nem tão ao acaso. De volta para casa, vi-me diante daqueles poucos pedaços de casca, diante da tabuleta de madeira pintada, da loja de suvenires, do passarinho entre os arames farpados, do simulacro de paredão de fuzilamento, dos solos bem reais fissurados pelo trabalho da morte e do tempo decorrido a partir de então, da janela de guarita, do pedaço de terreno baldio anunciando o inferno, do caminho de terra entre duas cercas eletrificadas, da porta de galpão, dos raros troncos de árvores e das frondes altas no bosque de bétulas, do rastilho de flores silvestres defronte do crematório v, do lago entupido de cinzas humanas. Poucas imagens, quer dizer, três vezes nada para uma história desse tipo. Para a minha memória, contudo, elas são o que algumas aparas de casca de árvore são para um único tronco: lascas de pele, carne germinando.

Em francês, os etimologistas afirmam que a palavra *écorce* [“casca”] representa a extensão medieval do latim imperial *scortea*, que significa “casaco de pele”. Como se para tornar evidente que uma imagem, se fizermos a experiência de pensá-la como uma casca, é ao mesmo tempo um casaco – um adorno, um véu – e uma pele, isto é, uma superfície de aparição dotada de vida, reagindo à dor e fadada à morte. O latim clássico produziu uma distinção sutil: não existe uma, mas duas cascas. Primeiro, a epiderme ou o *córtex*. É a parte da árvore imediatamente oferecida ao exterior, e é ela que é cortada, que é “descortificada” primeiro. A origem indo-europeia da palavra – que encontramos nos vocábulos sânscritos *krtih* e *krtih* – denota ao mesmo tempo a pele e a faca que a fere ou extirpa. Nesse sentido, a casca designa essa parte liminar do corpo suscetível de ser atingida, sacrificada, dissociada em primeiro lugar.

Ora, precisamente para o ponto em que ela adere ao tronco – a derme, de certa maneira –, os latinos inventaram uma segunda palavra, que estampa fielmente a outra face da primeira: é a palavra *liber*, que designa a parte da casca ainda mais propícia que o próprio *córtex* a servir de suporte para a escrita. Nada mais natural, portanto, que ela tenha dado seu nome a coisas tão necessárias para inscrever os farrapos de nossas memórias: coisas feitas de superfícies, de lascas de celulose decupadas, extraídas das árvores, onde vêm reunir-se as palavras e as imagens. Coisas que caem de nosso pensamento e que denominamos livros. Coisas que caem de nossos dilaceramentos, cascas de imagens e textos montados, fraseados em conjunto.

Julho de 2011

Filósofo e historiador da arte, o francês GEORGES DIDI-HUBERMAN (1953) desenvolve vasta e variada produção sobre os diversos aspectos das relações entre imagem, cultura e pensamento. Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales, tem publicado no Brasil, dentre outros, *O que vemos, o que nos olha* (Editora 34, 2010) e *A sobrevivência dos vagalumes* (UFMG, 2011). Lançado em um pequeno livro em 2011, este ensaio retoma as análises longamente desenvolvidas em *Imagens apesar de tudo* (disponível em edição portuguesa pela KKYM/Projeto Ymago), estudo de 2004 dedicado às quatro únicas fotografias existentes das execuções em uma câmara de gás de Birkenau.

Tradução de ANDRÉ TELLES